

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	17
2. DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	19
2.1. Hipóteses de improbidade previstas na Lei 8.429/1992	19
2.1.1. Noções gerais	19
2.1.2. Natureza exemplificativa	19
2.1.3. Elemento comum aos atos de improbidade administrativa	22
2.2. Modalidades de improbidade	23
2.2.1. Dos atos de improbidade que importam enriquecimento ilícito	23
2.2.1.1. Recebimento indevido de vantagens econômicas de qualquer natureza	25
2.2.1.2. Recebimento de vantagem econômica para a aquisição ou alienação de bens e serviços por valores fora dos limites legais	26
2.2.1.3. Utilização de bens e do trabalho de agentes públicos em obras ou serviços particulares	27
2.2.1.4. Recebimento de vantagens econômicas pela tolerância da prática de atividades ilícitas	28
2.2.1.5. Recebimento de vantagem econômica para fazer declaração falsa sobre medições ou avaliações em obras ou serviços públicos	29
2.2.1.6. Aquisição de bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público	32
2.2.1.7. Constituição de vínculo empregatício ou empresarial com pessoa física ou jurídica que tenha interesse decorrente das atribuições do agente público	34
2.2.1.8. Recebimento de vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza	35

2.2.1.9. Recebimento de vantagem econômica para omitir ato de ofício a que esteja obrigado	37
2.2.1.10. Incorporação ao patrimônio do agente público de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades abrangidas pela lei	38
2.2.1.11. Utilização indevida de acervo patrimonial das entidades abrangidas pela lei	39
2.2.2. Dos atos de improbidade que causam prejuízo ao Erário	40
2.2.2.1. Contribuir para a incorporação ao patrimônio particular de bens ou valores do acervo patrimonial das entidades abrangidas pela lei	45
2.2.2.2. Contribuir para a utilização particular de bens ou valores do acervo patrimonial das entidades abrangidas pela lei e em desacordo com esta	45
2.2.2.3. Doação de bens ou valores pertencentes ao patrimônio público das entidades abrangidas pela lei ..	46
2.2.2.4. Alienação de bens públicos ou prestação de serviços públicos por preço desproporcional ao de mercado	48
2.2.2.5. Realização de operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitação de garantia insuficiente ou inidônea	50
2.2.2.6. Realização de operações financeiras em desacordo com as normas gerais de Direito Financeiro	51
2.2.2.7. Concessão de benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares	53
2.2.2.8. Frustração da licitude do processo licitatório ou dispensa indevida	55
2.2.2.9. Realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento	85
2.2.2.10. Ação negligente na arrecadação de tributo ou renda, ou na conservação do patrimônio público	87
2.2.2.11. Liberação de verba pública em desacordo com as normas pertinentes ou exercer influência para a sua aplicação irregular	88
2.2.2.12. Permitir, facilitar ou concorrer para o enriquecimento ilícito de terceiro	90
2.2.2.13. Permitir que terceiros utilizem equipamentos e servidores públicos para o atingimento de finalidades particulares	91

2.2.2.14. Celebração de contrato de prestação de serviços públicos por meio da gestão associada sem a observância das formalidades previstas na lei	92
2.2.2.15. Celebração de contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades legais	94
2.2.3. Dos atos de improbidade que atentam contra os princípios da administração	95
2.2.3.1. Introdução	95
2.2.3.2. Princípios constitucionais expressos	101
2.2.3.3. Princípios constitucionais não expressos	112
2.2.3.4. Hipóteses expressas no art. 11 da Lei 8.429/1992 ...	129
3. DAS AÇÕES CONSTITUCIONAIS	175
3.1. Noções gerais	175
3.2. Ação popular	177
3.2.1. Conceito	177
3.2.2. Objeto	178
3.2.3. Pressupostos	179
3.2.4. Partes	186
3.2.5. Competência	188
3.2.6. Liminar	189
3.2.7. Efeitos da decisão	189
3.3. Ação civil pública	190
3.3.1. Objeto	191
3.3.2. Partes	191
3.3.3. Pólo ativo	192
3.3.4. Pólo passivo	195
4. SANÇÕES	209
4.1. Noções gerais	209
4.2. Dos requisitos que não influenciam na aplicação de sanções	211
4.2.1. Independência da ocorrência de dano	211
4.2.2. Independência da aprovação ou rejeição de contas	212
4.3. Da indisponibilidade dos bens	212
4.4. As sanções previstas no art. 12	219
4.5. Dosimetria na aplicação das sanções	220
4.6. Improbidade e crimes comuns	223
4.7. Improbidade e crime de responsabilidade	225

5. DA DECLARAÇÃO DE BENS	227
6. DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL .	231
6.1. Introdução	231
6.2. Procedimento administrativo	231
6.3. Processo judicial	233
6.3.1. Rito	234
6.3.2. Partes	234
6.3.3. Inicial	236
6.3.4. Manifestação prévia	239
6.3.5. Contestação	249
6.3.6. Fase probatória	250
6.3.7. Sentença	251
6.3.8. Apelação	252
6.3.9. Execução	256
6.3.10. Transação	256
7. DAS DISPOSIÇÕES PENAIS	259
8. PRESCRIÇÃO	265
ANEXOS	271
Lei 8.429, de 2 de junho de 1992	271
Lei 7.347, de 24 de julho de 1985	280
Lei 4.717, de 29 de junho de 1965	285
Lei 4.320, de 17 de março de 1964	293
Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000	318
Código de Defesa do Consumidor (parte processual) – Lei 8.078/1990	351
BIBLIOGRAFIA	361